

A imprensa médica na Corte imperial

a loucura e as doenças nervosas nas páginas
dos periódicos especializados (1850-1880)*

The medical press at the Imperial Court insanity and nervous diseases in the pages of specialized journals (1850-1880)

MONIQUE DE SIQUEIRA GONÇALVES**

Professora do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
monique.eco@gmail.com

RESUMO Partindo de um extenso levantamento das matérias publicadas nos periódicos médicos a respeito da loucura e das doenças nervosas, de 1850 a 1880 na Corte imperial, desenvolvemos neste artigo uma análise do papel exercido pela imprensa médica nos primórdios da psiquiatria no Brasil. Com base na perspectiva de que a imprensa livre exercera um papel ativo, de formadora de opiniões, analisamos a forma e a relevância com que tais assuntos estiveram presentes nos periódicos especializados, voltando-nos para a comprovação da hipótese de que, apesar dos entraves socioprofissionais inerentes à medicina mental naquele contexto, muitos esforços foram realizados pelos médicos clínicos no avanço dos conheci-

* Artigo recebido em: 02/02/2012. Aprovado em: 16/07/2012.

** Este artigo deriva da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz intitulada *Mente sã, corpo são*: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das "nevroses" e da loucura na Corte imperial (1850-1880), orientada pelo Prof. Dr. Flavio Coelho Edler, com pesquisa financiada pela bolsa de doutorado da Fundação Oswaldo Cruz e disponível em: http://www.fiocruz.br/ppghcs/media/tese_monique_siqueira.pdf.

mentos sobre tal especialidade no Brasil. Sendo assim, pretendemos dar relevância à existência de uma intensa circulação de ideias científicas no Rio de Janeiro, que nos desvenda uma ambiente de trocas científicas, no qual o papel ocupado pelos médicos brasileiros não é de passividade face à medicina europeia, mas de busca de legitimação profissional.

Palavras-chave cultura médica, imprensa médica, história da ciência no Brasil

ABSTRACT Based on an extensive survey of articles about insanity and nervous diseases published in medical journals of the Imperial Court between 1850 and 1880, in this article we develop an analysis of the role played by the medical press in the beginnings of psychiatry in Brazil. Thus, based on the perspective in which free press took an active role in forming opinions, we analyze the way and relevance in which such matters were present in those journals - on the assumption that despite the social and professional barriers inherent to that context, many efforts have been made by clinicians in the advancement of knowledge to that specialty in Brazil. Therefore, we intend to give prominence to the existence of an intense circulation of scientific ideas in Rio de Janeiro, revealing an environment of scientific exchange in which the role played by Brazilian physicians is not passive face to European medicine, but searches for professional legitimacy.

Key-words medical culture, medical press, history of science in Brazil

Introdução

No século XVIII, o jornalismo periódico na Europa já era tido como um poderoso instrumento de mudança e formação de ideias, sendo parte atuante do projeto iluminista de transformar as mentalidades “arcaicas” em “ilustradas”, assumindo, explicitamente, as funções de agente da cultura, de mobilizador de opiniões e propagador de ideias.¹ Segundo Pallares-Burke, tal função também seria assumida pela imprensa no Brasil e na América Latina durante o século XIX, após o processo de emancipação política.

No Brasil, a suspensão da censura prévia à imprensa ocorreu em 1821, através de um decreto assinado pelo monarca D. João VI, dando início a um período de liberdade de imprensa no Brasil, a partir do qual pôde-se verificar “a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicações típicas dos Antigos Regimes”, “para um espaço público onde se

1 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia García. A imprensa como uma empresa educativa do século XIX. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.104, p.144-161, jul. 1998.

consolidavam debates através da imprensa”.² Após este marco, a “opinião pública” passava a ocupar, progressivamente, a função de legitimadora de posições políticas, incentivando o contínuo surgimento de novos veículos de comunicação impressa no Império do Brasil.³

Durante todo o século XIX, se multiplicariam os títulos de jornais e revistas publicados periodicamente, muitos dos quais não tinham muita duração devido às dificuldades monetárias de manutenção de uma publicação deste gênero.⁴ No entanto, é imprescindível reconhecer a importância que tais veículos representaram a partir dos oitocentos no Brasil, como instrumentos necessários à formação de “opinião pública”, tanto no tocante à legitimação de posições políticas, como no que se referia à busca de hegemonia profissional, a exemplo do caso específico da medicina acadêmica, objeto deste artigo.

A crença no poder das ideias seria o principal ingrediente de tais empreendimentos, haja vista a perspectiva de que tais veículos, ao alcance somente da pequena parcela da população letrada, se expandido na sociedade pela prática do “bouche à oreille”,⁵ pudessem atuar como educadores de um público ainda encoberto pela “escuridão”, representando verdadeiros agentes do progresso.

Assim, com base na relevância política e sociocultural alcançada pela imprensa com o fim da censura e o estabelecimento de editores na Corte imperial,⁶ analisamos, neste artigo, a palavra impressa como uma “força ativa na história” e não como um simples registro do que aconteceu.⁷ Por outro lado, objetivamos compreender a racionalidade e a intencionalidade dos discursos produzidos, visto que estes são sempre marcados pelo “meio-silêncio que os precede”.⁸ Desta forma, pretendemos nos ater à historicidade dos discursos veiculados pela *elite médica*⁹ por meio dos periódicos especializados, em meio a um contexto de busca de legitimação

2 MOREL, Marco. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. *História e imprensa*. Homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos: Anais do colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p.94.

3 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1821-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

4 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

5 Apesar de grande parte da população ser analfabeta, a prática da leitura em voz alta faria com que muitos destes iletrados pudessem participar do processo de difusão de ideias incentivado pela imprensa periódica. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa como uma empresa educativa do século XIX.

6 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*.

7 DARTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França de 1775 a 1880*. São Paulo: Edusp, 1996.

8 FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.733.

9 *A elite médica* não é formada necessariamente pelos melhores médicos, mas por aqueles indivíduos que tradicionalmente concentram em suas mãos os diferentes tipos de poder profissional. Sobre o conceito de elite médica ver: WEISZ, George. Les transformations de l'Elite medicale em France. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.74, p.33-46, set. 1988.

profissional da medicina, em especial, da medicina mental que, nas últimas décadas dos oitocentos, buscava se consolidar como uma especialidade.¹⁰

Assim, atentar para a crescente publicação de periódicos de cunho científico, editados a partir da segunda metade do século XIX, já é, pois, ressaltar o papel essencial assumido pela imprensa na busca da *elite médica* pela conformação de uma opinião pública favorável à atuação profissional dos médicos no Império do Brasil. Finalmente, nos dedicando a esta análise objetivamos contribuir para a melhor compreensão do papel da imprensa no processo de luta jurisdicional da medicina em busca da hegemonia profissional.¹¹

O periodismo médico e o contexto da medicina mental no século XIX

O surgimento do periodismo médico no Brasil data da primeira metade do século XIX, impulsionado, segundo Luiz Otávio Ferreira, por uma simbiose entre negócio (advento do mercado editorial), política (disputa por hegemonia) e ciência (institucionalização e afirmação científica da medicina).¹² Os primeiros periódicos médicos brasileiros, editados entre os anos de 1827 e 1843, atuariam, de acordo com Luiz Otávio Ferreira, “como um instrumento utilizado pelas sociedades de medicina na tentativa de forjar uma opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país”,¹³ assumindo uma importância estratégica no que se referia à profissionalização da medicina, no processo de institucionalização da ciência no Brasil.

Ainda segundo Ferreira, tais periódicos atuariam como verdadeiras instituições científicas, precedendo uma outra fase de organização autônoma da ciência, em institutos de pesquisa, a partir de fins do século e, principalmente, início do XX. Este autor também verificou, por meio da sua

10 Utilizamos o termo *medicina mental* como sinônimo de *alienismo*, de acordo com o conceito utilizado pelos médicos brasileiros do século XIX, que pelo menos até fins da década de 1870, estavam fortemente influenciados pelos pressupostos do alienismo francês que tivera na obra de Philippe Pinel, *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale*, o seu marco fundador. Segundo esta tradição, os médicos deveriam se ater a identificar nos doentes os sinais locais que, em vez de remeterem à sede da doença no corpo, tratariam da sua essência. FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980. A adoção dos preceitos pinelianos pelos médicos brasileiros ao longo do século XIX foi problematizada na tese de doutorado: GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são: disputas, debates e discursos médicos na busca pela cura das “nevroses” e da loucura na Corte imperial (1850-1880)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2011 (História, Tese de doutorado).

11 ABBOTT, Andrew. *The systems of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1988. Andrew Abbott, partindo do pressuposto de que as profissões existem em sistema - não devendo ser analisadas como unidades isoladas -, destaca que as profissões estabelecem interações neste sistema e que estas se traduzem em competições inter e entre profissões, assim definidas conceitualmente como disputas jurisdicionais. Disputas que se dão, segundo Abbott, sobre as bases objetivas (técnicas) e subjetivas (cultura) que, por sua vez, interagem entre si. Neste âmbito, as reivindicações jurisdicionais se desenvolveriam com vistas à obtenção do monopólio profissional.

12 FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, suplemento 1, p.93-107, 2004.

13 FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et alli. *Artes de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

pesquisa, que na falta de um público leitor especializado, estes jornais se ocupavam de matérias que interessassem a um público leitor leigo, em busca de popularidade. Situação que teria obrigado os médicos a dialogarem com a tradição médica popular, “disputando em condições desfavoráveis, a autoridade cultural no campo da arte de curar”.¹⁴ Deste modo, os conflitos socioculturais entre os “representantes da ciência médica e os praticantes dos diferentes tipos de medicina popular”¹⁵ se evidenciavam pela penetração das opiniões e valores leigos nas páginas dos periódicos científicos.

Esta última característica verificada por Ferreira, todavia, não se fez presente na imprensa médica a partir da segunda metade do XIX, visto que tais publicações deixaram de conferir espaço para a veiculação da opinião de leigos. Em todos os jornais e revistas especializados privilegiava-se a divulgação de trabalhos realizados por médicos, a fim de consolidar uma “separação” entre o que era científico ou não, entre quem poderia e quem não poderia emitir opiniões sobre assuntos de saúde. Neste contexto, as revistas e periódicos médicos passaram a ocupar um local primordial de divulgação e propaganda da medicina alopata, em oposição às outras teorias, reforçando a ideia de legitimidade da ciência médica acadêmica, frente às demais artes de curar.¹⁶

Conforme destacamos, as publicações especializadas, surgidas de 1850 a 1880, distinguiam-se dos jornais e revistas editados durante a primeira metade do século, sobretudo, pela pouca penetração da opinião leiga nestes espaços. No entanto, a abordagem de assuntos relativos à higiene pública, relacionados, sobretudo às epidemias e endemias, assim como a luta contra o charlatanismo,¹⁷ permaneceria na pauta dos periódicos médicos, à semelhança do verificado na primeira metade do século por Ferreira, fazendo com que assuntos como a loucura e as doenças nervosas aparecessem de forma secundária nestas publicações.

No que tange à medicina mental, é importante ressaltar que, na América Latina, o Brasil ocupou posição de destaque nesta área durante o século XIX, sobretudo porque foi o primeiro e único país a edificar um espaço especial para o tratamento de alienados mentais,¹⁸ o Hospício Pedro II,

14 FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996 (História, Tese de doutorado), p.119.

15 FERREIRA, Luiz Otávio. *O nascimento de uma instituição científica*, p.120.

16 GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa na década de 1850, no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005 (História, Dissertação de mestrado).

17 Em especial contra a homeopatia que, a partir da década de 1850, angariou muitos adeptos entre os médicos que atuavam no Rio de Janeiro. Sobre esse assunto: GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa na década de 1850, no Rio de Janeiro*.

18 ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios, Rio de Janeiro, 1830-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001; MACHADO, Roberto et all. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; ODA, Ana Maria G. R. e DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p.983-1010, set./dez. 2005.

inaugurado em 1852 na Corte imperial.¹⁹ O Hospício Pedro II servira ainda de modelo para a construção do primeiro asilo de alienados de Portugal, o Hospital de Alienados Conde de Ferreira, que teve sua construção iniciada nos anos de 1860 e foi inaugurado em 1883.²⁰ No entanto, se comparado ao contexto sócio-profissional do alienismo na França, na Inglaterra e mesmo na Alemanha, muito ainda estava por ser feito no Brasil. Desde fins do século XVIII foram construídas, tanto na Inglaterra quanto na França, as primeiras teorias médicas a cerca dos distúrbios de comportamentos genericamente relacionados à ideia de insanidade. Nestes dois países, desde o início do século XIX se estabeleceriam também as primeiras instituições de tratamento de alienados, situação que seria seguida pela Alemanha, a partir do século XIX.²¹ Tais países se consolidaram, ao longo do século XIX, como os principais centros de referência de produção de conhecimento sobre os distúrbios mentais, impulsionando a construção do conhecimento sobre a medicina mental no Brasil, assim como a construção do primeiro estabelecimento hospitalar voltado para o tratamento de alienados mentais.

No Brasil, face ao contexto de busca de legitimação socioprofissional enfrentado pela nascente psiquiatria,²² de 1850 a 1880 nenhum periódico dedicado somente a assuntos relativos à alienação mental foi editado devido, principalmente, à falta de consolidação desta disciplina e à consequente carência de médicos especializados, com a formação e o conhecimento específico necessários ao desenvolvimento de discussões de larga escala sobre matérias desta natureza.²³ Neste âmbito, cabe destacar que, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a cadeira de moléstias mentais foi criada somente em 1881, por meio do decreto nº 8.024 de março de 1881,

19 Destacamos, na tese de doutoramento, a relevância adquirida pelo Hospício Pedro II no contexto latino-americano, atentando para uma intensa demanda de pedidos oficiais de internamento de alienados mentais nesta instituição. Pedidos estes que não estavam restritos à cidade e à Província do Rio de Janeiro, mas que advinham de todas as províncias do Império e também de outros países da América Latina. Ver: GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são*, p.35-41.

20 PEREIRA, Pedro Teixeira, GOMES, Eva e MARTINS, Olga. A alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (1883-1908). *Revista Faculdade de Letras HISTÓRIA*, III Série, Porto, v.6, p.99-128, 2005.

21 BERCHERIE, Paul. *Histoire et structure du savoir psychiatrique: les fondements de la clinique*, I. Tournai: Éditions Universitaires, 1991.

22 O termo psiquiatria começou a ser utilizado pelos médicos brasileiros somente nos anos 1880, quando cresceu a influência dos pressupostos teóricos da psiquiatria alemã no Brasil. Assim, ao utilizarmos os termos "nascente psiquiatria" ou "primórdios da psiquiatria" nos referimos ao momento histórico que antecederia a consolidação desta especialidade enquanto disciplina, de acordo com a concepção de Edward Shorter de que a psiquiatria enquanto disciplina somente passa a existir quando um grupo de médicos passa a atuar de acordo com uma identidade comum. Ver: SHORTER, Edward. *A history of Psychiatry: from the Era of the Asylum to the Age of Prozac*. Nova York: John Wiley & Sons, 1997, p.1-8.

23 Até o presente momento identificamos através da pesquisa os seguintes médicos dedicados especificamente ao tratamento de alienados mentais na Corte Imperial no período de 1850 a 1880: no Hospício Pedro II (Manoel José Barbosa, Joaquim Antonio Araújo Lima, José Theodoro da Silva Azambuja, Ignácio Francisco Goulart, Luiz José da Silva, José Joaquim Ludovino da Silva, José Custódio Nunes, Pedro Dias Carneiro, Henrique Hermeto Carneiro Leão, Gustavo Balduino de Moura e Câmara, Francisco Cláudio de Sá Ferreira e Nuno Ferreira de Andrade, este último, membro titular da Academia Imperial de Medicina a partir de 1879 e assíduo colaborador do *Annaes* a partir da década de 1880); Casa de Saúde do Dr. Eiras (Manoel Joaquim Fernandes Eiras, Manoel José Barbosa, Joaquim Pedro da Silva, João Roberto d'Almeida e Antonio Romualdo Monteiro Manso); Casa de Saúde de São Sebastião (Henrique Hermeto Carneiro Leão e Ignácio Francisco Goulart); e na Clínica de Moléstias Mentais e Nervosas (Augusto Costa).

que ampliava a Reforma Leôncio de Carvalho, aprovada desde o ano de 1879.²⁴ Por outro lado, à semelhança da medicina oficial, tal especialidade ainda carecia de legitimação social, não sendo raras as críticas veiculadas em jornais sobre a forma como eram definidos os diagnósticos e as terapêuticas.²⁵ No entanto, apesar de tais entraves socioprofissionais, esporádica e assistematicamente, foram publicados artigos na imprensa médica referentes ao tratamento e diagnóstico das doenças nervosas durante o período analisado, pela iniciativa de clínicos dedicados ao tratamento de alienados mentais em consultórios e casas de saúde particulares da Corte imperial.²⁶

Esses trabalhos serão analisados no presente artigo, com o objetivo de compreender a forma como os conhecimentos relativos à alienação mental, produzidos em além-mar, eram recepcionados e reconstruídos de acordo com as particularidades nacionais. Tal discussão é motivada pela hipótese de que, mesmo com a ausência de cadeiras de formação na área de moléstias mentais nas Faculdades de Medicina do Império,²⁷ foram desenvolvidas, a partir do exercício clínico – praticado nas casas de saúde e consultórios particulares - reflexões acerca das moléstias constituintes do quadro nosológico genericamente denominado como alienação mental. Reflexões estas que não se portavam como meras reproduções do conhecimento produzido por alienistas europeus, mas que eram resultantes de uma conjunção entre os conhecimentos adquiridos através da leitura de livros e periódicos importados e as observações clínicas cotidianas.²⁸

24 EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992 (História, Dissertação de mestrado).

25 Devido à liberdade de imprensa estabelecida no Segundo Reinado, a imprensa leiga (ou seja, os jornais publicados diariamente) se consolidou como um espaço de veiculação de opiniões acerca de assuntos diversificados, constando entre esses a medicina. Assim, ao passo que nos periódicos especializados a opinião de leigos foi suprimida, na imprensa leiga a mesma continuava presente, sendo corriqueiras as matérias versando sobre assuntos de saúde, em especial na editoria "Publicações a pedido", onde eram expressas as dúvidas de alguns membros da sociedade com relação aos métodos empregados pela medicina acadêmica. A *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, também conferiu destaque a essa temática, apresentando em suas páginas várias críticas à medicina mental, com ênfase para a falta de consenso dos médicos em relação aos seus pressupostos epistemológicos, que acabavam por tornar ilegítimos tanto a confecção de diagnósticos como a aplicação terapêutica. Ver: GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são*, p.94-98.

26 Em artigo anterior tivemos a oportunidade de destacar que a inauguração do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro, em 1852, motivou uma grande confluência de alienados de todas as províncias do Brasil, assim como de outros países da América Latina, para a Corte imperial, demandando a abertura de casas de saúde particulares e consultórios especializados para atendimento a alienados, principalmente a partir dos anos de 1860. Ver: GONÇALVES, Monique de Siqueira e EDLER, Flávio Coelho. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, n.2, v.12, p.393-410, jun. 2009.

27 É importante destacar que, apesar da falta de uma cadeira especificamente voltada para o estudo de moléstias mentais na Faculdade do Rio de Janeiro até 1881, foram defendidas, de 1850 a 1880, trinta e cinco teses de doutoramento versando sobre as diversas manifestações mórbidas classificadas genericamente como *nevroses*. Destas, nove teses foram defendidas de 1850 a 1869 e vinte e seis de 1870 a 1879.

28 Este artigo é parte de uma pesquisa a qual estamos dando continuidade no âmbito do Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais, do IFCH/UERJ, sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Tavares Bessone na Cruz Ferreira, como projeto de pós-doutorado, intitulado *A circulação de ideias científicas na Corte imperial: livros, periódicos e bibliotecas na construção do conhecimento sobre a medicina mental (1850-1889)*, com financiamento da FAPERJ. Os resultados ora apresentados estão focados no papel da imprensa nacional neste contexto de consolidação dos conhecimentos sobre a medicina mental no Brasil, apesar do projeto de pesquisa estar voltado para uma análise mais ampla deste processo.

As doenças nervosas no *Annaes Brasilienses de Medicina*

À semelhança do que ocorrera na imprensa médica independente,²⁹ poucos artigos científicos produzidos por médicos brasileiros foram publicados no periódico oficial da Academia Imperial de Medicina a respeito das doenças de cunho mental durante o período estudado, fato que refletia a pouca produção de trabalhos sobre esta temática, em um período de indefinição desta área do conhecimento. Esta falta seria também o indício de que todos aqueles que estavam envolvidos no tratamento de alienados mentais na Corte imperial, seja nas casas de saúde particulares, ou no Hospício Pedro II, não faziam parte do quadro de acadêmicos ou colaboradores desta instituição.³⁰ No entanto, alguns clínicos se debruçariam sobre tal temática, motivados pela realização de tratamentos em pacientes que recorriam à sua assistência para o tratamento de moléstias mentais. Entretantes, a utilização do espaço reservado à tradução de artigos publicados em revistas e jornais especializados estrangeiros também seria, em alguns momentos, preenchida por trabalhos sobre este assunto, dando o tom do interesse dos editores por esta matéria.

Cabe destacar, entretanto, que além dos artigos que são o foco da análise ora apresentada, também seriam publicadas nos *Annaes*, de 1850 a 1880, memórias acadêmicas versando sobre as diferentes formas de doenças nervosas. As quais, apesar de não constituírem o objeto de estudo do presente artigo, corroboram com a perspectiva de que havia no ambiente acadêmico um local, ainda que reduzido, dedicado às discussões sobre as moléstias de natureza nervosa.

No que tange aos artigos, dos dezesseis publicados sobre esta temática, durante os trinta anos pesquisados, oito faziam parte da editoria *Revista dos jornais estrangeiros*, sendo quatro extraídos da *Gazette Médicale de Paris* e os outros quatro, dos periódicos *Gazeta dos Hospitais de Paris*, *Gazette Hebdomadaire*, *British Medical Journal* e de um quarto jornal não identifi-

29 Compreendemos que a distinção entre “imprensa médica oficial” e “imprensa médica independente” é essencial para a presente análise, visto que a primeira figura como uma representante dos interesses de uma *elite médica* (apesar de não deixar de apresentar suas próprias contradições), enquanto que a segunda representa uma miríade de interesses, muitas vezes divergentes, presentes em uma mesma categoria profissional, sendo o fruto de iniciativas particulares.

30 Partindo de um amplo levantamento das matérias publicadas no periódico da Academia Imperial de Medicina, verificamos que, de 1846 a 1850, Manoel José Barbosa (diretor do serviço sanitário do Hospício Pedro II nos anos 50) contribuiu assiduamente com a publicação desta instituição, na época denominada *Annaes de Medicina Brasiliense*. Durante esses anos, Barbosa foi responsável pela submissão de treze artigos – sendo muitos deles enviados à redação do jornal durante o período em que esteve em Paris, aprofundando seus estudos sobre cirurgia médica, área de sua especialidade –, contribuição pela qual seria denominado por Haddock Lobo, editor do *Annaes* durante o ano de 1849, de o “nosso mais assíduo colaborador”. No entanto, é necessário destacar que nenhuma destas matérias versava sobre o alienismo, tema do presente artigo. No que tange ao período estudado (1850-1880), identificamos somente uma matéria de sua autoria, sendo esta, entretanto, uma reprodução de um relatório enviado ao provedor da Santa Casa de Misericórdia. Assim, esta contribuição isolada não foi considerada como uma colaboração, já que não havia sido redigida com o intuito de divulgação, tendo, outrossim, cunho de documentação oficial. No tocante aos demais esculápios dedicados ao tratamento de alienados mentais na Corte, verificamos, por meio da presente pesquisa, que nenhum deles contribuíra ou participara da Academia.

cado. As demais oito matérias eram de autoria dos médicos José Pereira Rego (dois), Noronha Feital, Manoel José Barbosa, Bezerra de Menezes Cavalcanti, Nicoláu Joaquim Moreira, José Luiz da Costa e Gama Lobo (os últimos três em conjunto), Carlos Éboli e Corrêa de Azevedo. Dentre estes últimos, somente Manoel José Barbosa e Carlos Éboli não faziam parte do quadro de acadêmicos da Academia Imperial de Medicina.

A matéria publicada por Manoel José Barbosa tratava de um dos relatórios produzidos anualmente por ele, na condição de médico responsável pelo Hospício Pedro II, à provedoria da Santa Casa de Misericórdia, não constituindo, desta forma, um trabalho produzido com o intento de divulgação científica.³¹ Por outro lado, o artigo de Carlos Éboli³² derivava de uma matéria lida em sessão acadêmica, na qual este tratava de observações clínicas feitas durante o tratamento de uma paciente histérica, que tinha se curado pela aplicação da hidroterapia.³³ Tratava-se, neste caso, da comunicação realizada pelo dono de uma clínica hidroterápica estabelecida, em 1870, na província do Rio de Janeiro, em Nova Friburgo, que propunha a utilização da hidroterapia para tratamento e cura de diversas moléstias, com um intuito propagandístico. Em abril de 1871, este médico obteria o título de membro correspondente da Academia, com a memória intitulada “Hidroterapia”, na qual tratava especificamente de uma série de moléstias que poderiam ser curadas com tal recurso.

Das demais catorze matérias publicadas, duas seriam relativas a diferentes aportes sobre as moléstias mentais, sendo a primeira do ano de 1861 e a segunda, de 1864, editadas sob os auspícios de dois diferentes redatores. A primeira, publicada por De-Simoni, era uma matéria extraída da *Gazette Hebdomadaire*, derivada de uma leitura feita na Academia de Ciências de Paris em 6 de abril de 1860, por Demeaux,³⁴ que divulgava o resultado de observações realizadas em trinta e dois epiléticos, no decorrer de doze anos. Demeaux asseverava, nesta comunicação, que dentre os pacientes, cinco haviam sido concebidos com o pai em estado de embriaguês, o que para ele demonstrava a relação entre a embriaguês paterna no momento da concepção e a geração de filhos epiléticos.

A segunda matéria, publicada por De-Simoni em 1864, sob a redação de Baptista dos Santos, comentava um artigo publicado pelo médico C. L.

31 BARBOSA, Manoel José. Relatório e estatística do Hospício Pedro II, desde o 1º de julho de 1854 até 30 de julho de 1855. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.98-104, jul. 1856.

32 Carlos Éboli (1832-1885), médico, natural da Itália, tornou-se membro correspondente da Academia Imperial de Medicina em 1871, após se instalar na cidade de Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro; cf. BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. v.7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

33 ÉBOLI, Carlos. Histerismo curado admiravelmente pela hidroterapia. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.239, out. 1870.

34 DE-SIMONI, Luiz Vicente. Patologia – Má influência exercida sobre os filhos pelo estado de embriaguês do pai no momento da concepção. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.182, jul. e ago. 1861.

Robertson,³⁵ no *British Medical Journal*, na editoria “Comunicações originais”, acerca do emprego da *digitalis* no tratamento da mania. Nesta matéria, o médico britânico apresentava o resultado de ensaios realizados com o uso da tintura da *digitalis* em diferentes formas de mania e de tais ensaios concluía que a ação da substância em questão variava de acordo com o estágio da moléstia. Segundo Robertson, a aplicação da *digitalis* como sedativo seria eficaz em casos de excitação maníaca, na mania crônica e na mania complicada com tísica, sendo ineficaz em se tratando da mania aguda, na qual esta não causaria senão um “aluvião momentâneo”.³⁶

Após apresentar o resultado das observações feitas pelo médico alienista inglês C. L. Robertson, De-Simoni defendia, apoiando-se nos trabalhos de Giacomo Andrea Giacomini (médico e farmacêutico italiano), que a *digitalis* deveria ser considerada um hipostenizante ou deprimente cardíaco-vascular, e que sendo assim, deveria causar a mesma reação em qualquer caso de mania, visto que estaria em jogo a ação específica do medicamento. Apesar de De-Simoni não fazer referência a nenhuma experimentação pessoal que sustentasse as ideias defendidas, a publicação e o comentário demonstram não só a atualidade dos assuntos discutidos – já que o artigo tinha sido publicado na revista inglesa seis meses antes, em outubro de 1863 – devido à intensa circulação de ideias por meio dos periódicos trocados entre a Academia e diversas instituições europeias, como também demonstra a variedade de referenciais utilizados pelos médicos brasileiros, que mantinham contato com os trabalhos produzidos em diferentes países, não se restringindo ao alienismo francês.³⁷

Todas as demais doze matérias estariam relacionadas à discussão que envolvia a existência de lesões cerebrais ou fisiológicas e a ocorrência de distúrbios mentais; ou a propósito da relação entre o físico, o mental e o moral na produção das doenças, em que as diversas manifestações de alienação mental figurariam como moléstias exemplares, desenvolvidas em decorrência do desequilíbrio moral. Tendo em vista esta predominância, discutiremos separadamente tais artigos.

Na década de 1850, quatro matérias publicadas se dedicariam à relação entre alienação mental e craniometria, alienação mental e lesões cerebrais, e epilepsia e lesões cerebrais, sendo todas estas extraídas de jornais estrangeiros. A primeira, de 1850, em que não há referência ao pe-

35 C.L. Robertson era médico superintendente do Sussex Lunatic Asylum, do Hayward's Health e editor do *Journal of Mental Science*, na época da publicação do artigo; ROBERTSON, C. L. Remarks on the use of digitalis in the treatment of insanity. *British Medical Journal*, Londres, p.364-367, 3 out. 1863.

36 DE-SIMONI, Luiz Vicente. Emprego da digitalis contra a alienação mental. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.263-264, abr. 1864.

37 Na tese de doutorado, apontamos para a incongruência de uma percepção difundida pela historiografia a respeito do alienismo no século XIX de que, pelo menos até os anos 70, o alienismo no Brasil se desenvolveu sob a égide dos marcos teóricos derivados dos trabalhos de Pinel e Esquirol; GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são*. Concepção haurida dos primórdios da historiografia produzida a respeito desta temática: MACHADO, Roberto, et alli. *Danação da norma*.

riódico original, seria uma menção à coleção de crânios feita por Samuel George Morton,³⁸ intitulada “Coleção de crânios de diversas raças”.³⁹ Nesta matéria, publicada na editoria “Variedades”, sob a redação de José Pereira Rego, chamava-se a atenção para a existência de um museu montado pelo cientista, detentor de uma coleção de 1.408 crânios, dos quais 867 pertenciam à espécie humana, havendo dentre estes alguns crânios de doidos: 2 de anglo-americanos, 1 de inglês, 1 de alemão, 1 de irlandês, 2 de mulatos e 2 de negros, além de 7 de idiotas, pertencentes a raças diferentes. Destacava-se, em seguida, que toda a coleção apresentava a medida exata e a capacidade, em polegadas cúbicas, de cada exemplar.

A segunda matéria seria dedicada à relação entre alienação mental e lesões cerebrais. Publicada na edição de maio de 1851, extraída da *Gazette Médicale de Paris* de autoria do médico do Hôtel-Dieu de Lyon, Francis Devay, de janeiro do mesmo ano, intitulada “Fisiologia patológica”,⁴⁰ tal matéria procurava discutir a relação entre a alienação mental e as anomalias fisiológicas, salientando que se deveria atentar para as “manifestações insólitas” das afecções mentais nas aberrações de sensibilidade e de movimento. Segundo este médico, observando tais sinais precursores, se poderia evitar a progressão das doenças e a conseqüente formação de lesões irreversíveis. Esses sinais poderiam ser notados a partir da realização de exames das faculdades intelectuais e morais do paciente, visto que, segundo Devay, quase todos os autores já teriam atestado que as perturbações intelectuais precediam as explosões de graves afecções cerebrais.

A própria loucura teria o seu tempo de incubação, durante o qual se poderiam notar mudanças no comportamento do indivíduo, ou seja, perversões das faculdades morais e afetivas. Dessa forma, tais perversões não constituiriam em si a doença, sendo, antes, sintomas de uma anomalia cerebral. Devay propunha, com esta tese, evidenciar a imprescindibilidade do médico na elaboração de um diagnóstico acertado, que viesse a evitar tanto a marcha progressiva da moléstia como a consumação de crimes contra a sociedade ou o próprio indivíduo doente. Defendia, assim, que somente o médico teria a capacidade de identificar a doença, a fim de comprovar em juízo a responsabilidade ou irresponsabilidade do indivíduo que tivesse praticado um ato criminoso.

38 Samuel G. Morton começou sua coleção de crânios na década de 20, chegando a ter mais de mil crânios em 1851, ano da sua morte. Seu objetivo com tal coleção seria a comprovação da hipótese de que a hierarquia racial poderia ser estabelecida através das diferenças físicas do cérebro, em especial, com relação ao seu tamanho. Sobre este assunto, ver: GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

39 REGO, José Pereira. Coleção de crânios de diversas raças. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.71, dez. 1850.

40 DEVAY, Francis. Fisiologia patológica. Estudos sobre alguns sinais precursores ou pródomos das doenças graves do cérebro, consideradas debaixo da relação clínica, fisiológica e médico-legal pelo Dr. Francis Devay, médico do Hotel Dieu de Lyon. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, jan. 1851.

A defesa da ingerência dos médicos em casos de julgamento de responsabilidade penal de um indivíduo supostamente alienado seria uma constante durante todo o período analisado,⁴¹ denotando o esforço realizado pelos membros da corporação médica em estender as suas prerrogativas profissionais. A escolha deste artigo para tradução e publicação objetivava, certamente, a defesa de uma perspectiva que estaria presente na pauta médica durante toda a segunda metade dos oitocentos até a conformação dos manicômios judiciários.⁴²

As outras duas matérias, também extraídas de jornais estrangeiros, tratavam especificamente de casos de epilepsia e a relação destes com a ocorrência de lesões cerebrais. A primeira, de autoria de J. F. H. Albers,⁴³ médico germânico, fazia proposições acerca da aplicação de alguns meios que pudessem moderar ou curar os acessos de epilepsia.⁴⁴ Tratando esta moléstia como uma afecção, muitas vezes incurável, quando já estabelecida, afirmava ser necessário observar os primeiros tempos da existência da doença, com o objetivo de evitar a formação ou o aumento de lesões cerebrais. Albers ressaltava, inclusive, que muitos pacientes morriam não em decorrência das lesões, mas vitimados pela violência dos acessos que suspendiam a respiração, ou determinavam a paralisia dos vasos capilares do cérebro sob a influência de um sangue pouco oxigenado, motivo pelo qual propunha a compressão da carótida e dos nervos vagos por meios mecânicos, para a contenção do epilético no momento da crise.

A segunda matéria com tal abordagem seria publicada no ano de 1857, sob a redação de De-Simoni. A matéria de autoria do médico Hayes Agnew,⁴⁵ originalmente publicada no *Medical Examiner*, dos Estados Unidos e reproduzida na *Gazette Médicale de Paris*, de 16 de maio de 1857, da qual fora extraída, tratava de um caso de epilepsia gerado por uma lesão cerebral, decorrente de um golpe violento na cabeça. Apresentava-se, por meio desta matéria, a observação de um jovem de 24 anos que, onze anos antes, havia recebido um golpe violento na cabeça e não teria manifestado nenhum sintoma de compressão cerebral, mas que após três meses teria começado a desenvolver convulsões epiléticas, cuja frequência e violência aumentavam, levando ao enfraquecimento da sua inteligência. O objetivo da matéria era apresentar a realização de uma cirurgia de trepanação numa

41 Sobre este assunto ver: GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são*.

42 Sobre este assunto ver: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 1998.

43 Johann Friedrich Hermann Albers (1805-1867) era professor de medicina da Universidade Rheinischen Friedrich-Wilhelms, de Bonn. Fonte: *The British and foreign medical review or Quarterly journal of practical medicine and surgery*, Londres, v.V, jan.-abr. 1838.

44 ALBERS, J. F. H. Dos meios mecânicos próprios a moderar os acessos de epilepsia e curá-los; por J. F. H. Albers (de Bonn). *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, mai. 1853.

45 Hayes Agnew (1818-1892), professor emérito de cirurgia e professor honorário de clínica cirúrgica da Universidade da Pensilvânia. Fonte: *Annals of surg*, Pensilvânia, n.15, v.5, p.420-424, mai. 1892.

sutura no crânio que, apesar de não ter curado o paciente, tinha possibilitado a diminuição da quantidade e intensidade das crises epiléticas.

Como pudemos demonstrar, a década de 1850 seria marcada por algumas matérias que propunham reforçar a relação entre as “nevroses”⁴⁶ e as lesões cerebrais, especialmente em se tratando dos casos de epilepsia, apontando para a constante preocupação de parte dos médicos em relacionar a ocorrência de distúrbios “mentais” com a existência de lesões do organismo.

A última matéria a se ocupar da relação entre doenças nervosas e causas fisiológicas seria publicada em 1860, por Bezerra de Menezes Cavalcanti, durante o período em que este ocupava o cargo de redator do jornal da Academia.⁴⁷ Tratava-se de um artigo que ressaltava a incidência do histerismo na cidade do Rio de Janeiro, à luz das observações feitas por um médico de nome Beau.⁴⁸ Cavalcanti defendia, baseado em Beau, a realização de estudos sobre a histeria que se voltassem para a compreensão de que o útero poderia ser a sede de tal moléstia.

Apesar de apresentarem distintas formas de abordagens da relação entre organismo e doenças nervosas, pode-se perceber o empenho de alguns médicos no estabelecimento da correlação entre o físico e o mental na geração destas doenças genericamente denominadas como “nevroses”. No entanto, nas décadas posteriores, nenhuma matéria com este cunho seria publicada, versando as poucas matérias sobre a temática das doenças nervosas acerca da relação entre físico, mental e moral.

Durante as décadas de 1850, 1860 e 1870, sete matérias tratariam desta correlação na geração de distúrbios nervosos. Destas, somente duas derivavam de matérias extraídas de jornais estrangeiros, sendo somente a primeira transcrita sem a interferência direta do médico responsável pela publicação.

Em termos gerais, os autores dos trabalhos publicados nas páginas do *Annaes Brasiliense de Medicina* buscavam respostas para a ausência de lesões apreciáveis em cadáveres de pessoas acometidas em vida por doenças mentais, chamando a atenção para a relação entre os maus hábitos morais desenvolvidos no seio da civilização e a ocorrência de distúrbios nervosos.

No discurso pronunciado por José Pereira Rego em virtude da abertura dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina no ano de 1868, este reforçava a importância da aplicação dos preceitos da higiene social, na busca

46 A palavra “nevrose” caracterizava as doenças do sistema nervoso que não apresentavam lesões orgânicas apreciáveis, dentre as quais constavam a epilepsia, a histeria, a alienação mental (mania, melancolia etc.), além de outras moléstias nervosas.

47 CAVALCANTI, Adolpho Bezerra de Menezes. Acessos histéricos dependentes de um estado gástrico. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.75, jun. 1860.

48 Não encontramos referências a este médico durante a pesquisa.

do homem pelo seu aperfeiçoamento moral e físico.⁴⁹ Ressaltava com isto que, com tais aplicações, o homem poderia prolongar mais a sua existência, contribuindo ao mesmo tempo para a grandeza das nações. Em seguida, destacava a importância da aplicação dos regulamentos da higiene social por meio do estabelecimento de leis que tivessem por objetivo reprimir os abusos e a perversão dos costumes, causas primordiais da decadência. Advertia assim, que as civilizações desenvolvidas em consonância com o desenvolvimento da higiene social e moral patenteavam-se de vantagens que se traduziam na aniquilação das epidemias pestilenciais, no desenvolvimento da indústria, da agricultura e do comércio.

A civilização deveria, portanto, estar coberta por cuidados que possibilitassem o combate aos males gerados em seu próprio seio:

Seus males especiais, que pelo abuso no gozo dos bens que proporcionam ao homem, quer pelo mau encaminhamento que podem dar aos preceitos da moral social aqueles que se acham à frente dos destinos de um povo, ou deixando correr à revelia os princípios da sua educação, ou desprezando pelo seu egoísmo, ambição e vaidade os são princípios da moral, ou, o que é ainda pior, concorrendo com o seu exemplo para o afrouxamento desses princípios e para a depravação dos costumes.⁵⁰

Em seguida, Pereira Rego opunha-se às ideias de Jean-Jacques Rousseau que defendia que os homens seriam mais felizes no seu estado natural ou primitivo do que no civilizado, sob a argumentação de que os primitivos, acostumados às vicissitudes das estações e das intempéries, suportariam melhor as necessidades do organismo, conheciam poucas moléstias, tinham uma organização mais perfeita, o sistema muscular mais forte e o nervoso menos impressionável; ao passo que, na vida social, a necessidade das vestimentas, as artes, as leis, os costumes, a miséria e todas as outras condições inerentes às sociabilidades, contribuíam para degenerar o físico e o moral. Em oposição a esta visão idílica das sociedades antigas, Pereira Rego defendia que todas as condições da existência moral do homem se associavam para demonstrar que este nascera para viver em sociedade, e que somente por meio desta, ele poderia atingir a perfectibilidade a que aspirava.

Entretanto, Rego não deixava de evidenciar os males que afligiam os “povos cultos”, acrescentando que certas moléstias, incluindo todas as espécies de “nevroses”, a tísica, a sífilis, as lesões cerebrais, a gota, entre outras, se tornavam tanto mais frequentes e mais rápidas a sua evolução

49 REGO, José Pereira. Sobre benefícios que à saúde das nações acarreta a civilização, e sobre a importância da higiene sócia. *Annaes Brasileenses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.48-58, jul. 1868.

50 REGO, José Pereira. Sobre benefícios que à saúde das nações acarreta a civilização, e sobre a importância da higiene sócia, p.51.

quanto mais decaía o caráter moral dos homens, fazendo-lhes desenvolver as paixões desregradas, o amor às riquezas, os prazeres sexuais e todos os aspectos que debilitavam o físico e predispunham os homens ao acometimento de tais moléstias. Argumentava, em seguida, que o predomínio do temperamento nervoso ou linfático nervoso teria como causas possíveis a excitação da vida política, a instabilidade dos governos, que causavam a miséria de uns e a riqueza de outros, a substituição do trabalho humano pelas máquinas, entre outras condições das sociedades modernas.

Todavia, para Pereira Rego, o homem civilizado, mesmo exposto a todas estas vicissitudes, não estaria em condições piores que os primitivos, não desenvolvendo nenhuma tendência específica à degeneração do físico e do moral. Em sua opinião, tais males poderiam ser evitados na civilização, conquanto o homem procurasse manter a harmonia entre o físico e o moral, evitando o ímpeto das paixões. E, neste sentido, os benefícios trazidos pela higiene social – as leis protetoras da virtude e da moral, a educação física, a salubridade pública, a repressão dos vícios, os excessos vergonhosos do deboche e da libertinagem e pela civilização, agiriam em favor do homem, que encontraria nestes mecanismos a chave para o aperfeiçoamento e o progresso da nação.

A percepção de que a medicina cumpriria este papel de atenuadora dos males da civilização também estaria presente nos trabalhos de outros médicos durante os trinta anos analisados. Em dois destes trabalhos, a mulher figuraria como a personagem principal, para a qual deveriam ser direcionados todos os cuidados a fim de que esta não fosse vitimada pelos maus hábitos da sociedade civilizada. A constituição frágil da mulher e a sua organização delicada seriam aspectos que a tornariam vítima do crescimento de cidades como o Rio de Janeiro. Sobre esta temática, o acadêmico Noronha Feital defendia em 1853 que, sobretudo, em se tratando das mulheres que habitavam as grandes cidades e Cortes, apresentava-se por apanágio o temperamento nervoso, principalmente naquelas habituadas a frequentar teatros e bailes.⁵¹ A sensibilidade do sexo e a natureza impressionável da mulher a tornariam sensível às constantes mudanças de humor, levando-a a estar ora alegre, ora triste, viva ou melancólica. Segundo Feital, este temperamento predispunha mais as mulheres a congestões cerebrais, delírios, hipocondrias, histerismos, ninfomanias, síncope, convulsões e a movimentos espasmódicos de toda espécie.

Neste sentido, seria na “época triste”, quando as regras menstruais cessavam, que seriam necessários certos cuidados que evitassem a excitabilidade do sistema nervoso. Destarte, recomendava o abandono de certas leituras, de espetáculos e bailes e da utilização de perfumes e

51 FEITAL, Noronha. Meios próprios para dispor a economia da mulher a sofrer sem prejuízo as mudanças que ocasiona a cessação das regras. *Annaes Brasileenses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.20, out. 1853.

sugeria a mudança da cidade para o campo, o uso de banhos tépidos ou frios, a prática de exercícios, o uso de alimentos de fácil digestão e sem condimentos, a abstenção de toda paixão e o uso brando de espasmódicos.

Tendo também como temática a relação entre saúde da mulher e moral, um artigo não assinado publicado em dezembro de 1864,⁵² salientava que as mulheres estavam degenerando. Este fato poderia ser notado, segundo o autor, pelo enfraquecimento da saúde da mulher relacionado com o desenvolvimento de vícios morais. Argumentava, assim, que a fragilidade da constituição feminina, principalmente da mulher jovem, predispunha-a ao sofrimento e à dor, devido principalmente aos erros da sua primeira “educação física”.

Partindo do pressuposto de que as doenças física e moral geravam-se mutuamente, ressaltava que, para se evitar uma, era necessário evitar a outra. Advertia, desta maneira, para os cuidados especiais que deveriam ser tomados, principalmente durante a adolescência, visto que este seria um período no qual a sensibilidade e a inteligência sofreriam novos impulsos causadores de vivas impressões possíveis de perturbar a alma. No entanto, seria durante a primeira educação, no período da infância, que a mulher deveria receber as impressões próprias para o futuro combate ao desenvolvimento de perturbações e abalos que ameaçassem sua saúde na puberdade, época em que estas habitantes das cidades desenvolviam a sua vida afetiva e intelectual, entregando-se ao luxo, animando a imaginação e excitando, conseqüentemente, o sistema nervoso. Assim, o autor concluía que cuidados maiores deveriam ser tomados com a educação moral da mulher, principalmente, porque tais abalos poderiam causar nelas afecções nervosas passíveis de arruinar a sua existência, pelo fanatismo e pela loucura.

Outros dois artigos tratavam de problemas físicos e mentais gerados pelos vícios morais. No primeiro tratava-se de um parecer sobre um “licor preservativo da embriaguez”, no qual os médicos Nicoláu Joaquim Moreira, José Luiz da Costa e Gama Lobo defendiam que a embriaguez constituía-se antes como um vício moral do que uma moléstia do corpo.⁵³ Sendo assim, o tratamento não deveria se dar, segundo eles, por meio do tal licor, mas antes pela educação moral, que seria o meio mais eficaz de se opor ao transbordamento das paixões, causadoras da embriaguez.

A relação conflituosa entre o desenvolvimento físico, mental e moral e o crescimento das cidades também fora o foco de outra matéria em

52 Influência da educação física e moral sobre a saúde da mulher. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, dez. 1864.

53 MOREIRA, Nicoláu Joaquim, COSTA, José Luiz e LOBO, Gama. Relatório da comissão especial sobre o licor preservativo da embriaguez. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.82, ago. 1865.

1872, de autoria de Corrêa Azevedo.⁵⁴ Tal médico chamava atenção para a importância da educação moral e da instrução da mocidade da cidade do Rio de Janeiro, para o bom desenvolvimento físico do homem, tendo em vista a sua vulnerabilidade diante de uma cidade que se assemelhava “a um vasto cortiço, onde se abrigavam classes de imigrantes imundos e ignorantes”.⁵⁵ Ressaltava, assim, que aspectos negativos da cidade, como o seu mal delineamento, a falta de ventilação, a umidade, o calor, a insalubridade, o vício do ar e da água, contribuíam para o aniquilamento físico e moral do homem.

Todas as matérias relacionando problemas físicos, mentais e morais aos problemas da cidade reforçavam a necessidade de atuação do médico como um promotor da higiene social, alavancando-o como o único capaz de contornar os empecilhos que poderiam levar o homem ao desequilíbrio ou até mesmo ao seu completo aniquilamento. Tais matérias reforçavam, sobretudo, a ideia de que se o homem e a mulher estavam sendo prejudicados pelo crescimento da cidade (e este fato era sempre apresentado como uma constatação), isto se dava pela falta de ingerência do médico na regulamentação das leis e dos hábitos morais da sociedade. Em torno destas concepções delineava-se o escopo de um projeto médico-acadêmico de intervenção na esfera social, que atuaria como uma ferramenta de progresso do país. Tais asserções indicam-nos, entretanto, não somente a existência desta ambição profissional, mas também acabam por evidenciar a falta de prestígio da *elite médica* em meio à sociedade imperial, visto que estavam em questão somente intenções não postas em prática.

As duas últimas matérias publicadas no *Annaes Brasilienses de Medicina* sobre a temática estudada também versariam sobre a relação entre o físico, o moral e o mental no homem, sendo que estas focariam a discussão em um quarto elemento, a alma. A primeira matéria, publicada em 1853 sob a redação de José Pereira Rego, de autoria de Jean-Baptiste Grégoire Barbier (médico-chefe do Hôtel-Dieu de Amiens, na França) - retirada da *Gazette Medicale de Paris* de maio de 1853, intitulada “Algumas palavras sobre o homem moral” - defendia a íntima relação entre o cérebro e a alma.⁵⁶ Barbier ressaltava, neste artigo, que o agregado de órgãos do ser humano era animado por uma força secreta, misteriosa, independente da inteligência, denominada alma e que esta, por meio dos hemisférios cerebrais, desenvolveria os sentimentos íntimos, os desejos, os apetites e as necessidades que partiam dos plexos nervosos. Neste âmbito, defendia que o homem moral

54 AZEVEDO, Corrêa. Concorrerá o modo por que são dirigidas entre nós a educação e instrução da mocidade, para o benéfico desenvolvimento físico e moral do homem? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.419-420, abr. 1872.

55 AZEVEDO, Corrêa. Concorrerá o modo por que são dirigidas entre nós a educação e instrução da mocidade, para o benéfico desenvolvimento físico e moral do homem? p.419.

56 BARBIER, J. B. G. Algumas palavras sobre o homem moral. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, jun. 1853.

compunha-se de duas ordens de faculdades: a primeira, das operações puramente intelectuais, as quais só exigiriam o concurso do cérebro, e a segunda, das emoções, sobre as quais agiam os plexos nervosos.

A partir desta concepção, destacava a existência de uma estreita ligação entre a exaltação dos plexos nervosos e a alteração do funcionamento do organismo. Tal alteração poderia se dar, segundo Barbier, quando uma pessoa fosse surpreendida por uma notícia triste, como a perda de um amigo ou um filho, diante da qual logo reagiria com a alteração dos batimentos cardíacos, a mudança na respiração, a alteração da temperatura do corpo, a mudança na expressão facial etc. Ressaltava ainda que o medo e a cólera suscitavam na organização tal revolução que poderiam causar uma síncope, ou mesmo a morte súbita. Completava assim, afirmando que os plexos nervosos, conquanto estivessem sob a influência do estado normal, atuariam de forma branda e salutar sobre os órgãos da vida, o que seria totalmente modificado com a evolução das paixões. Essas paixões poderiam ser geradas, segundo Barbier, de diversas maneiras: como o resultado de uma percepção levada ao cérebro pelos órgãos dos sentidos, como consequência do trabalho da inteligência, ou como decorrentes de moléstias do estômago, intestino, coração ou útero. O autor defendia ainda que o cérebro era o local onde a manifestação das paixões se dava, visto que seria por meio deste órgão que a alma se manifestaria, sendo nele que as paixões teriam a sua existência. De forma geral, Barbier asseverava que muitos desequilíbrios orgânicos e mesmo cerebrais seriam decorrentes do exacerbamento das paixões.

A segunda matéria, publicada em 1857, na editoria “Revista dos jornais estrangeiros” sob a redação de Luiz Vicente De-Simoni,⁵⁷ seria uma nota acerca da matéria publicada pelo médico francês Maurice Macario⁵⁸ na *Gazette Médicale de Paris*. Através desta nota, De-Simoni tecia comentários sobre tal artigo, derivado de uma memória de Macário que tinha sido apresentada e coroada pela Academia de Ciências e Letras de Montpellier em 1857, versando sobre a observação de paralisias histéricas em mulheres e homens.

De-Simoni apresentava as duas observações clínicas fornecidas por Macario no artigo antes mencionado - sendo a primeira observação sobre uma mulher histérica de vinte e três anos, que estava desde os doze anos no Hospice de la Grave, em Toulouse, e a segunda, sobre um homem de trinta e sete anos, que desde 1851 encontrava-se internado no Hospital da Caridade - transcrevendo todos os detalhes coletados por Macario. Nes-

57 DE-SIMONI, Luiz Vicente de. Paralisias dinâmicas histéricas. *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, p.124-130, jul. 1857.

58 Maurice-Martin-Antoine Macario – Doutor em medicina pela Faculdade de Paris. No ano de 1857, Maurice Macario também era diretor do Instituto Hidroterápico de Lyon.

tas observações constavam o histórico de cada paciente, as aplicações medicamentosas e as mudanças no quadro clínico. Todas estas eram reproduzidas por De-Simoni com o intuito de comprovar a ideia de que a histeria era gerada por causas morais e não fisiológicas.

No caso da primeira paciente, o completo restabelecimento de uma afonia após uma peregrinação religiosa seria o aspecto central de sua argumentação, porquanto nenhum medicamento tinha angariado resultados. Também contribuía com a sua hipótese o fato de que a paralisia apresentada mudava de lugar e a constituição rebelde do ventre cessara espontaneamente. Com respeito ao segundo, a ausência de lesões apreciáveis na realização da autópsia do cérebro, 48 horas após a morte do paciente, assim como a apresentação de uma medula sã, de pneumogástricos e todos os demais órgãos normais, comprovaria que a histeria não seria causada por distúrbios orgânicos. Sobre este assunto, De-Simoni concluía:

O que dirão a isto estes localistas, que não sabem conceber e explicar a existência de uma moléstia qualquer sem ligarem indispensavelmente a uma lesão orgânica local de um tecido? Esses homens materiais e parciais, que só sabem compreender cada parte da máquina orgânica, e não o seu complexo, ou o seu todo, a vista disto, devem ficar um pouco embaçados, e dizer consigo: $\frac{3}{4}$ Na verdade a nossa teoria flogística, e a nossa anatomia patológica, às vezes nos largam no caminho em que andamos, e nós nos perdemos no mató, em que os nossos princípios, e as nossas prevenções nos haviam levado. Prouvera a Deus, que estes utopistas abrissem nesta ocasião os olhos, para ver o que nunca ver quiseram, e persuadir-se, que às vezes a moléstia é como Deus no mundo, e a alma no corpo, dos quais pode-se dizer, que estão *partout, et nulle part*; porque ninguém pode dizer que *eles estão aqui e não ali, eles chegam até aqui e não além*.⁵⁹

Defendendo as causas morais da histeria, De-Simoni focava sua discussão na existência da alma, relacionando a esta os desvios morais, os sentimentos, as impressões e todas as sensações que poderiam levar ao desenvolvimento de distúrbios mentais. Descartava assim, com base na observação realizada por Macario, qualquer possibilidade de que tais distúrbios pudessem ser gerados por causas orgânicas.

Tanto esta matéria como a anterior, editada sob os auspícios de José Pereira Rego, expõem a postura eclética adotada por muitos acadêmicos durante o período estudado, principalmente em se tratando do diagnóstico das doenças classificadas genericamente como nevroses. Tal concepção marcaria, inclusive, as discussões desenvolvidas na década de 1860 com o acadêmico José Luiz da Costa.⁶⁰

59 DE-SIMONI, Luiz Vicente de. *Paralísias dinâmicas históricas*, p.130, jul. 1857.

60 GONÇALVES, Monique de Siqueira. *Mente sã, corpo são*, p.98-107.

O aporte relativo às doenças nervosas não seria homogêneo, estando marcado por diferentes vieses interpretativos. Seriam as doenças nervosas decorrente de lesões cerebrais? Deveriam elas ser tratadas pela ação medicamentosa de específicos? O crescimento do número de alienados mentais seria decorrente do crescimento das cidades? Poder-se-ia evitar este crescimento pela aplicação das regras da higiene social? Os distúrbios mentais deveriam ser tratados como doenças do corpo, ou da alma?

A falta de consenso no que tange à natureza, ao diagnóstico e ao tratamento das diversas manifestações de alienação mental, e num quadro mais amplo, das nevroses, seria a característica marcante deste período histórico, a qual se refletiria nas dificuldades da categoria médica de pôr em prática as ambições profissionais de intervenção na esfera da saúde pública. Como já ressaltamos, a publicação de matérias que propunham uma intervenção mais efetiva dos médicos na sociedade, ao mesmo tempo em que tentava ampliar as prerrogativas profissionais da medicina, evidenciava as dificuldades enfrentadas por esta categoria na implementação de suas propostas. O próprio ostracismo da Academia Imperial de Medicina, após a criação da Junta Central de Higiene Pública, e as constantes reclamações dos acadêmicos de que o governo não recorria aos seus conselhos em assuntos de higiene, seriam a prova das dificuldades enfrentadas pela *elite médica* durante a segunda metade dos oitocentos.⁶¹

No entanto, se, por um lado, as matérias publicadas acerca do diagnóstico e do tratamento das moléstias mentais demonstravam a falta de consenso e o empenho da categoria médica em contornar as dificuldades inerentes à falta de legitimidade profissional, por outro, evidenciavam a atualidade dos referências utilizados, resultantes do intenso fluxo de ideias possibilitado mediante o constante recebimento de revistas e jornais médicos editados na Europa e nos Estados Unidos da América.

As doenças nervosas nos periódicos médicos independentes

Na imprensa médica independente, matérias referentes às doenças nervosas também apareceram de forma muito dispersa dos anos 1850 ao final dos anos 1870, não surgindo nenhum periódico especialmente dedicado ao assunto durante a referida época. Além disto, durante a década

61 Nas décadas de 1850 e 1860, a medicina enfrentara uma séria crise profissional relacionada, segundo Flávio Edler, a uma crise nos fundamentos da medicina acadêmica. A desconfiança com relação às bases do saber médico foi ainda aprofundada pelo contexto epidêmico vivenciado pela população da Corte Imperial e pela incapacidade da Academia Imperial de Medicina, que em 1850 era consultora do governo nos assuntos de saúde pública, de apresentar respostas cientificamente satisfatórias ao governo no combate à epidemia de febre amarela, que somente no verão de 1850 ceifou mais de quatro mil vidas, segundo estatísticas oficiais. Sobre este assunto ver: EDLER, Flávio Coelho. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na Corte do Rio de Janeiro (1854-1884)*; GONÇALVES, Monique de Siqueira. *A febre amarela, o poder público e a imprensa na década de 1850, no Rio de Janeiro*.

de 1850, apesar da inauguração do primeiro hospício do Império do Brasil, o Hospício Pedro II, nenhuma matéria sobre este assunto seria publicada nos dois periódicos analisados, a *Gazeta dos Hospitales* e *O acadêmico*. Somente na década de 1860, na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, as doenças mentais entrariam em pauta nas discussões encetadas pelo periodismo médico independente.

Ao longo dos quase três anos de existência da *Gazeta Médica*, seis matérias publicadas abordavam direta ou indiretamente questões referentes às doenças nervosas, das quais quatro tratavam da aplicação de substâncias medicamentosas no tratamento das nevroses, sendo duas especialmente direcionadas para o tratamento da epilepsia. Todas elas focavam suas discussões na apresentação dos resultados positivos alcançados com a aplicação de uma ou outra substância medicamentosa durante a prática clínica. É importante ressaltar, ainda, que nenhum dos médicos em questão era especializado (alienista), sendo suas observações advindas do cotidiano da clínica médica, durante o qual o médico era requisitado para o tratamento de pessoas acometidas de doenças nervosas. Duas destas matérias eram de autoria de um dos redatores da revista, João Vicente Torres Homem: a primeira publicada em 1^o de setembro de 1862, sob o título “Do valerianato de atropina na epilepsia”⁶² e a segunda, em 15 de maio de 1863, intitulada “O antagonismo recíproco entre o ópio e a beladona”, ambas publicadas nas primeiras páginas das duas edições. Através destes trabalhos, Torres Homem objetivava levar ao conhecimento da categoria médica a aplicação das ditas substâncias, tendo em vista a perspectiva de contribuir com o adiantamento dos conhecimentos sobre as nevroses.

No primeiro artigo, Torres Homem ressaltava nas primeiras linhas o estado de obscuridade dos estudos relativos à etiologia, à sede e ao tratamento das nevroses, observando que “apesar dos brilhantes progressos que tem feito ultimamente a fisiologia do sistema nervoso e com ela a perspectiva da patologia, a história das nevroses é ainda hoje um dos pontos mais obscuros da medicina”.⁶³ Acerca dos estudos sobre as ditas nevroses acrescentava ainda que:

Quem tiver percorrido os tratados de patologia interna, terá reconhecido sem grande dificuldade que a semelhante respeito os autores pouco ou nada dizem de certo e positivo, deixando entrever em suas palavras a pouca confiança que lhes merecem os elementos de que dispõem e que são forçados a exhibir, para não haver em seus livros uma lacuna sensível. A anatomia patológica, que tão relevantes serviços tem prestado à ciência do diagnóstico, ou conserva-se muda, quando se trata de nevroses, ou diz cousas tão contraditórias, que nenhuma

62 HOMEM, João Vicente Torres. Do valerianato de atropina na epilepsia. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p.75-79, 1 set. 1862.

63 HOMEM, João Vicente Torres. Do valerianato de atropina na epilepsia, p.75.

fé devem merecer. Tão variadas, multiplicadas e sem harmonia são as causas capazes de determinarem no sistema nervoso as profundas perturbações de funcionalidade que caracterizam as nevroses, que o conhecimento delas nenhum proveito tem trazido àqueles que especialmente se ocupam de tais afecções, porquanto bem difícil é encontrar dois doentes que devam à mesma causa a existência de seus males. Além disto, casos há, em que por mais aturada e minuciosa que seja a observação do médico, por melhor dirigido que seja o interrogatório feito ao seu doente, e por mais que seja o interesse que este tenha em referir a uma causa e suas moléstias, impossível é chegar-se a qualquer resultados, pois todos estes dados falham à vista do silêncio completo em que se conserva o organismo. Os sintomas da moléstia no entretanto, pela sua intensidade, pelos resultados que deixam após a sua manifestação, e finalmente pelo que eles têm de *sui generis*, revelam ao observador, que uma causa qualquer atuou sobre o físico ou moral do doente, quando em estado de saúde, e que essa causa escolheu de preferência o sistema nervoso para produzir seus efeitos. Ela é ignorada, porém isso não basta para que seja posta em dúvida.⁶⁴

Nas observações introdutórias feitas por Torres Homem podemos destacar aspectos relevantes a respeito da confecção do diagnóstico médico das nevroses. Primeiro, a contestação da validade da pura observação clínica nas moléstias nervosas; segundo, a afirmação do sistema nervoso como a sede de tais distúrbios. No entanto, apesar de reconhecer a insuficiência deste método para a identificação da sede de tais doenças, Torres-Homem apregoava o método de observação e experimentação clínica, focando a sua narrativa sobre a aplicação terapêutica bem sucedida do valerianato de atropina em três pacientes tratados em uma das enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, nos quais os acessos não teriam nenhuma causa diagnosticada.

A aplicação medicamentosa era indicada, entretanto, acompanhada por uma série de ressalvas, visto que Torres Homem advertia que tal medicamento não poderia ser visto como infalível, mesmo porque, em outro paciente o medicamento não teria conseguido alcançar os mesmos resultados. Segundo ele, a aplicação do valerianato de atropina deveria ser utilizado, porque em termos estatísticos este seria o medicamento que maior quantidade de bons resultados teria alcançado no tratamento da epilepsia. Esta indicação era seguida da transcrição das observações, com a divulgação de todo o tratamento aplicado nos casos em que havia alcançado sucesso.

O outro artigo de sua autoria também tratava da observação clínica de aplicações terapêuticas, focando, desta vez, na defesa da ação antagônica exercida pelo ópio e a beladona, visto que o primeiro agiria, de acordo com Torres Homem, como um hiperstenizante cefálico e a segunda, como um hipostenizante da mesma natureza, podendo cada um ser utilizado como um inibidor da ação do outro. Acerca deste assunto, este médico propunha

64 HOMEM, João Vicente Torres. Do valerianato de atropina na epilepsia, p.75.

ratificar a teoria defendida pela escola italiana, a qual tinha como um de seus principais representantes o médico e farmacêutico Giacomini, cujo nome aparecia logo no início da matéria. Esta publicação, direcionada para os clínicos, visava à divulgação da prática clínica e ao auxílio no tratamento de casos análogos.

Outras duas matérias versando sobre assuntos congêneres figurariam nas páginas da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*: “Do emprego terapêutico do curare nas nevroses convulsivas”, de Souza Costa;⁶⁵ e “Cura da epilepsia pelo bromureto de potássio”,⁶⁶ de autor desconhecido, publicado originalmente nos jornais *Medical Times* e *Union Médicale*. Em ambas as matérias, o foco seria a apresentação de resultados positivos da aplicação terapêutica de um ou outro medicamento, sendo as publicações motivadas pela perspectiva de que tais tratamentos pudessem ser aplicados no cotidiano da clínica médica por outros facultativos, contribuindo, com isso, para o progresso da ciência médica.

Na matéria publicada por Souza Costa sobre a utilização do curare no tratamento de nevroses convulsivas, este apontava para a obscuridade dos estudos relativos à utilização desta substância, ressaltando que acreditava que a divulgação de suas experiências seria um incentivo à multiplicação dos estudos que visassem a contribuir para o enriquecimento das informações sobre a aplicação medicamentosa de tal substância.

De forma geral, muitas matérias publicadas na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* se dedicavam à divulgação de aplicações terapêuticas utilizadas no dia a dia da clínica médica geral no tratamento das mais diversas moléstias, dentre as quais figuravam, em pequena medida, as manifestações mórbidas tidas como “nevroses” - aspecto que caracterizava o perfil dos redatores desta revista.⁶⁷

As duas outras matérias que tratavam do tema estudado seriam: a primeira, um relatório de 1862 de autoria de Manoel José Barbosa, médico-diretor do serviço sanitário do Hospício Pedro II, ao provedor da Santa Casa de Misericórdia, marquês de Abrantes, tratando da movimentação e do tratamento dos pacientes do hospício, de junho de 1861 a julho de 1862; a

65 COSTA, Souza. Do emprego terapêutico do curare nas nevroses convulsivas. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p.111-112, 15 out. 1862.

66 Cura da epilepsia pelo bromureto de potássio. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p.532, 15 fev. 1864.

67 Os redatores da *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* eram: João Vicente Torres Homem, Antonio Correa de Souza Costa, Francisco Pinheiro Guimarães e Matheus de Andrade. Todos eles se doutoraram pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na década de 1850, e viriam a ser médicos de prestígio da Corte imperial. Dois destes, Torres Homem e Souza Costa, seriam ainda membros da Academia Imperial de Medicina e professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sendo também clínicos de prestígio. Matheus de Andrade, apesar de ter sua vida abreviada pelo suicídio (1871) também atuara como clínico médico na mesma casa de saúde que Torres Homem, a Casa de Saúde da Nossa Senhora da Ajuda. A ocupação destes médicos reforça o caráter assumido pelo periódico.

segunda, uma matéria de autoria do médico francês Émile Leudet,⁶⁸ intitulada “O estudo clínico das perturbações nervosas periféricas vaso-motoras que sobrevêm no curso das moléstias crônicas”, na qual Leudet fazia referência à observação de desordens nervosas no curso do desenvolvimento de doenças agudas.

Na década de 1870, a *Revista de Medicina*, o *Archivos de Medicina* e o *Progreso Médico* também dedicariam algumas de suas páginas a matérias que versavam sobre aspectos relativos às moléstias nervosas. Sete matérias seriam publicadas nesses jornais, sendo três referentes a aplicações terapêuticas e quatro abordando assuntos diversos.

A primeira matéria, publicada na *Revista Médica* e escrita pelo médico Lourenço B. Pereira da Cunha, era intitulada “A espelina no tratamento da epilepsia”;⁶⁹ a segunda, publicada na mesma revista, de autoria de Augusto Costa, intitulava-se “Da camisola de força geralmente usada – dos perigos e abusos – meios de remediá-los”;⁷⁰ e a última, publicada nas páginas do *Progreso Médico*, de autoria de Hanze, era denominada “Tratamento da epilepsia pelo curare”.⁷¹ Nas matérias referentes à aplicação terapêutica em casos de epilepsia, a forma de apresentação era pautada na aplicação bem-sucedida das substâncias em casos clínicos específicos, seguida pela indicação das dosagens necessárias para o alcance do sucesso do tratamento.

Tal abordagem, presente em diversas matérias editadas nas revistas analisadas, principalmente no tocante ao tratamento de outras doenças, seria acompanhada pelo crescente número de estudos realizados na área da farmacologia. Como ressaltou François Ledermann,⁷² na medida em que, principalmente na França, se avolumavam os estudos realizados sobre a ação de determinadas substâncias, o ceticismo terapêutico do início do século XIX ia cedendo a uma série de aplicações medicamentosas, inclusive nas moléstias nervosas.

No que tange à matéria relativa ao uso da camisola de força, é interessante notar que tal aparato, usado no Brasil e na Europa durante todo o século XIX para conter os acessos de furor dos alienados mentais, come-

68 LEUDET, Émile (1794-1874), diretor da Escola Preparatória de Medicina e de Farmácia de Rouen, professor de medicina clínica, membro correspondente da Academia de Medicina, cavaleiro da *Légion d'Honneur*, vice-presidente do *Conseil d'Hygiène de La Seine Inférieure*. Por ter sido educado na Inglaterra, era bem conhecido e estimado pelos médicos ingleses. Fonte: Obituary, Dr. Emile Leudet. *The British Medical Journal*, Londres, 12 mar. 1887.

69 CUNHA, Lourenço B. Pereira da. A espelina no tratamento da epilepsia. *Revista Médica*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1874.

70 COSTA, Augusto. Da camisola de força geralmente usada – dos seus perigos e abusos – meios de remediá-los. *Revista Médica*, Rio de Janeiro, p.230-232, 15 set. 1875; COSTA, Augusto. Da camisola de força geralmente usada – dos seus perigos e abusos – meios de remediá-los (continuação). *Revista Médica*, Rio de Janeiro, p.263-265, 16 out. 1875.

71 HANZE. Tratamento da epilepsia pelo curare. *Progreso Médico*, Rio de Janeiro, 1 nov. 1878.

72 LEDERMANN, François. La psychiatrie française et les médicaments: Pomme, Pinel, Esquirol, Morel. *Revue d'histoire de la pharmacie*, Paris, 70e année, n.254, p.188-206, 1982. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em 19 set. 2010.

çou a gerar questionamentos na década de 1870, motivados por trabalhos realizados por alienistas como Valentin Magnan,⁷³ que, no fim da década de 1870, já propunha a sua substituição por um *maillot*, ou mesmo depois, a sua supressão, pautando-se na tese da não contenção. O artigo de Augusto Costa chamava a atenção para os aspectos negativos associados ao uso da camisola de força em maníacos e alcoólatras, evidenciando que estes ficariam exasperados com a sua utilização. Pautado nos estudos de Magnan,⁷⁴ sugeria assim, que se abolisse o seu uso.

As quatro matérias restantes seriam resultados de diferentes observações clínicas acerca de moléstias de cunho nervoso, nas quais eram apresentados de forma sistematizada os sintomas, as aplicações medicamentosas e os resultados alcançados com a aplicação terapêutica de substâncias medicamentosas.

Conclusões

Realizando uma análise comparativa entre as matérias veiculadas no *Annaes Brasilienses de Medicina* e nas demais publicações periódicas de cunho independente, de 1850 a 1880, podemos perceber duas diferentes abordagens relacionadas ao tema das doenças nervosas.

Por meio das matérias editadas no *Annaes Brasilienses de Medicina* delineava-se um projeto político da corporação médica acadêmica, que propunha o estabelecimento de regras médico-sociais em torno da definição de hábitos e cuidados higiênicos tidos como necessários à manutenção da saúde física e mental da população habitante das grandes cidades, como o Rio de Janeiro. No entanto, evidenciava-se, por meio destas, tanto a existência de um projeto de intervenção médica na esfera social como a falta de legitimidade da ciência médica no estabelecimento de tais regras. Por outro lado, o debate em torno da etiologia das doenças mentais demonstrava a falta de consenso existente no seio da própria academia no tocante às bases do conhecimento científico.

Nos periódicos médicos independentes, a abordagem desta temática deu-se de forma distinta, não fazendo parte das matérias neles publicadas

73 Valentin Magnan (1835-1916), médico do Asilo de Sainte-Anne, vice-presidente da Sociedade de Biologia, membro da Academia de Medicina, membro da Sociedade Médico-Psicológica de Paris e de Pétersbourg. Fonte: MAGNAN, Valentin. *Leçons cliniques sur les maladies mentales*. Paris: ed. A. Delahaye & E. Lecrosnier, 1887.

74 Neste artigo, Augusto Costa afirmou que teria clinicado em Sante-Anne, na França, ao lado do renomado alienista francês Valentin Magnan. Informação que também figurara, a partir de 1876 na seção *Notabilidades do Almanak Laemmert*, num anúncio da "Clínica de moléstias mentais e nervosas" do Dr. Augusto Costa, no qual constava o seguinte texto: "O Dr. Augusto Costa tendo-se dedicado na Europa ao estudo das diferentes formas de afecções mentais e nervosas, praticando nos principais hospício e casas de saúde especiais de Paris e de Londres, e freqüentado por longo tempo a clínica do Dr. Magnan, distinto alienista do Asilo de Sant'Anna, abriu o seu consultório médico à rua do Visconde de Inhaúma 29, onde é encontrado todos os dias úteis, das 11 à 1 da tarde" In: *Notabilidades. Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, p.23, 1876. Esta foi a primeira propaganda a ressaltar a atuação de um médico com formação especial na área de alienação mental.

nenhum assunto que fosse relativo à intervenção médica na sociedade, ou mesmo que trouxesse à baila a discussão sobre a etiologia das doenças mentais. Nessas matérias, figurariam aqueles assuntos que estavam presentes na prática cotidiana da clínica médica, havendo, por isso, predominância das matérias relativas à aplicação terapêutica de substâncias medicamentosas. O que decerto refletia os interesses dos médicos envolvidos na publicação de tais periódicos.

De forma análoga, pudemos perceber que, em todos os periódicos analisados, a temática das doenças nervosas ocupou papel secundário, sendo, no entanto, a atualidade dos conhecimentos evidenciada pela utilização de referenciais teóricos a eles contemporâneos. Aspecto que aponta, inclusive, para a existência de uma intensa circulação de ideias científicas na Corte imperial, possibilitada, sobretudo, pela constante importação de livros e periódicos, na sua maioria, europeus. Por outro lado, a realização sistemática de observações clínicas de doenças de cunho nervoso nos demonstra que, apesar da pouca legitimidade dos conhecimentos produzidos no Brasil sobre as moléstias mentais – haja vista que a psiquiatria ainda não se institucionalizara no período estudado –, muitos esforços foram desenvolvidos pelos médicos clínicos na área da terapêutica. Finalmente, devemos salientar o importante e consciente papel exercido pelo periodismo médico, na segunda metade dos oitocentos, visto que estes veículos de comunicação eram encarados como verdadeiros mecanismos de legitimação de conhecimentos científicos, portadores do “progresso” para as sociedades modernas.